



Teste sumativo de História A

12º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 90 minutos. Tolerância: 10 minutos | 4 páginas

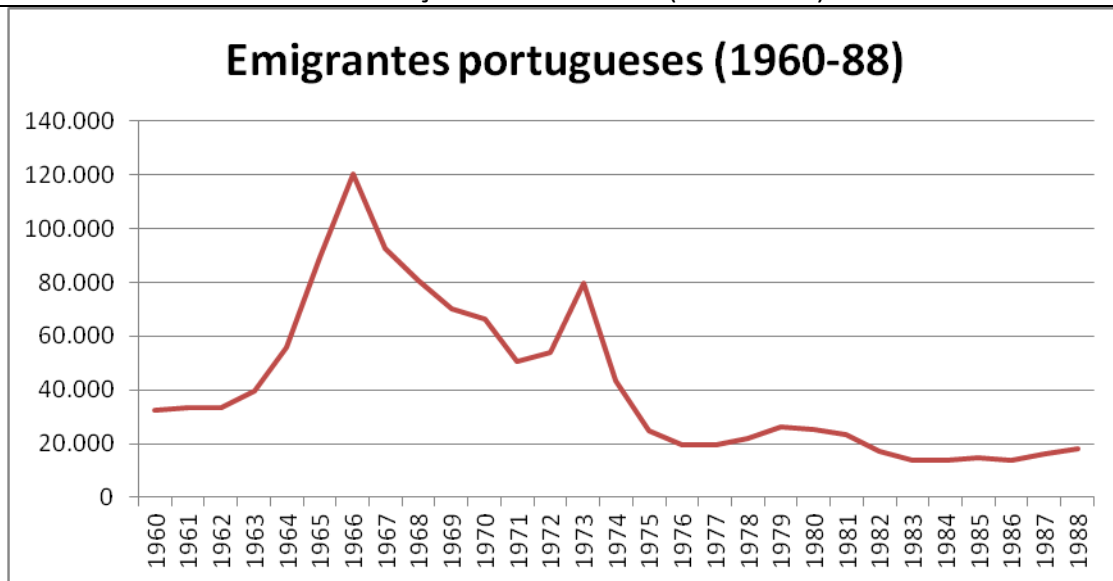
17.maio.2012

Este teste é constituído por 2 grupos com 6 itens, todos de resposta obrigatória, um grupo com 5 itens de escolha múltipla e termina na palavra FIM.

GRUPO I

DOCUMENTO 1

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA (1960-1988)



Ano	Emigrantes	Ano	Emigrantes	Ano	Emigrantes
1960	32.318	1970	66.360	1980	25.207
1961	33.526	1971	50.400	1981	23.147
1962	33.539	1972	54.084	1982	17.135
1963	39.519	1973	79.517	1983	13.680
1964	55.646	1974	43.397	1984	13.963
1965	89.056	1975	24.811	1985	14.944
1966	120.239	1976	19.469	1986	13.690
1967	92.502	1977	19.543	1987	16.228
1968	80.452	1978	22.112	1988	18.302
1969	70.165	1979	26.318	Total	1.209.269

Fonte: Pordata

DOCUMENTO 2

TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DA PONTE SALAZAR (ATUAL PONTE 25 DE ABRIL)*

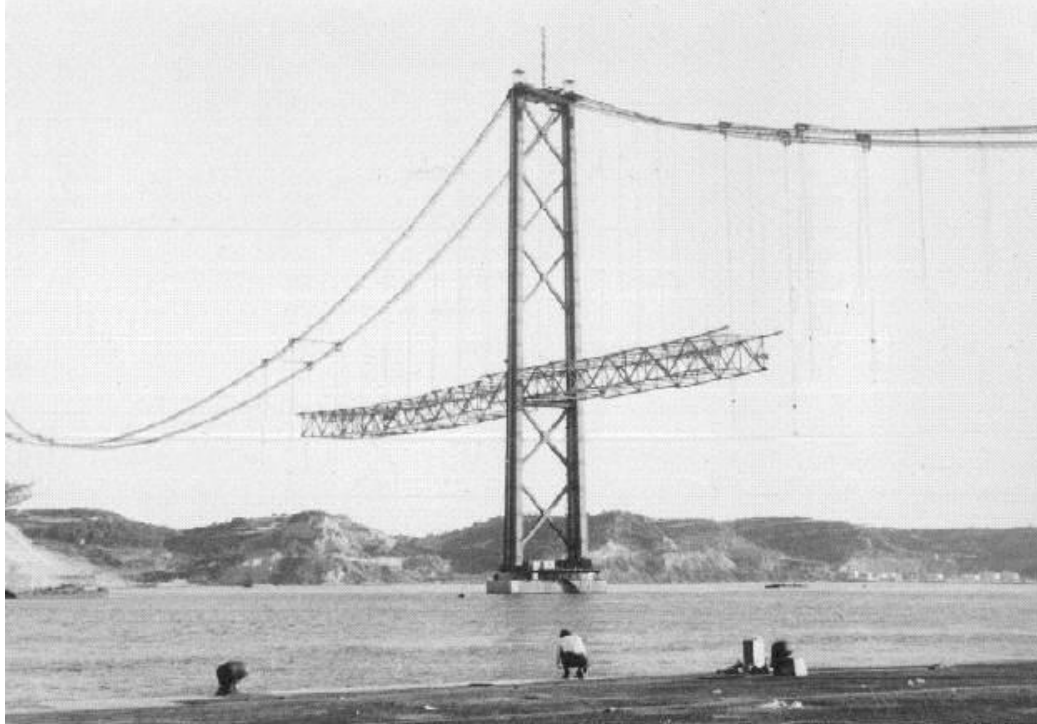


imagem: <http://pontesvida.wordpress.com/2010/11/22/17-ponte-25-de-abril/>

*Entre Lisboa e Almada; inaugurada em 6 de Agosto de 1966.

DOCUMENTO 3

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE PORTUGAL METROPOLITANO (1959-1973)

	1959	1969	1973
Destino das exportações de Portugal metropolitano			
EFTA / CEE	40,3%	50,9%	60,5%
Colónias	29,8%	24,4%	14,8%
Origem das importações de Portugal metropolitano			
EFTA / CEE	51,7%	56,4%	56,9%
Colónias	14,2%	14,3%	10,1%

Exame de História A, 1ª fase, 1996 (adaptado)

1. Relaciona os dados da emigração portuguesa, entre 1960 e 1974 (Documento 1) com as condições da agricultura e com o início da guerra colonial em Portugal.
2. Relaciona a obra representada no Documento 2 com as orientações definidas nos vários Planos de Fomento.
3. Caracteriza, com base no Documento 3, a evolução das importações e exportações portuguesas.

GRUPO II

DOCUMENTO 4

DECLARAÇÃO FINAL DO PS (PARTIDO SOCIALISTA) APÓS A APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM 2 DE ABRIL DE 1976.

- 1 A Constituição da II República representa, pois, o ponto de convergência de várias ideias e de várias vontades.
- Como instrumento que foi da defesa da democracia, não podia a Assembleia Constituinte deixar de aprovar normas jurídicas que defendessem a democracia.
- 5 Consagramos as liberdades individuais e, dentro destas, demos especial relevo às garantias do direito à vida e integridade pessoal. Consagramos o direito de reunião, de associação e de livre expressão do pensamento. (...)
- 10 Consagramos igualmente os mais largos direitos dos trabalhadores, coerentemente defendemos o direito à greve e a proibição do lock-out. Definimos a estrutura e a competência das comissões dos trabalhadores, impusemos a sua eleição por voto secreto, de forma a impedir a desvirtuação da vontade dos mesmos trabalhadores. Reconhecemos os consequentes direitos de associação sindical, libertos da tutela estatal, ou das pressões políticas partidárias. Enunciamos os princípios que, na base do reconhecimento dos direitos à reforma, à proteção da velhice, à proteção dos tempos livres, à igualdade da mulher, à proteção da maternidade e à infância, hão-de abrir caminho à instauração em
- 15 Portugal de uma efetiva sociedade igualitária e justa.
- Tais objetivos impuseram aos constituintes o dever de definir igualmente uma estrutura económica que os sustentasse.
- 20 Neste sentido defendemos as normas jurídicas suscetíveis de orientar uma autêntica reforma agrária que reconheça, com clareza e sem subterfúgios, o direito à propriedade das suas terras dos agricultores não latifundiários e que respeite também os direitos dos trabalhadores rurais. Da mesma forma defendemos a irreversibilidade das nacionalizações dos grandes monopólios e latifúndios, sublinhando instantaneamente a necessidade de fazer participar os operários e trabalhadores rurais na sua gestão, sem o que apenas cairíamos numa forma de capitalismo de Estado.

Declaração de voto lida pelo deputado José Luís Nunes.

4. Indique as normas jurídicas aprovadas pela Assembleia Constituinte para defender a democracia e referidas no Documento 4.
5. Indique igualmente as estruturas económicas que as deviam sustentar de acordo com o mesmo Documento 4.
6. Refira 2 das principais transformações que sofreu a Constituição de 1976 após a sua primeira revisão, em 1982.

GRUPO III

Assinala com uma cruz, de forma clara, a resposta que considerares correta. Em cada item existe apenas 1 (uma) resposta considerada correta.

A. A Lei 7/74, de 27 de julho ...

- ... defendia o direito à autodeterminação dos povos, tal como proclamado nas Nações Unidas.
- ... aceitava a independência dos territórios ultramarinos.
- ... foi promulgada por António de Spínola.
- ... todas as respostas anteriores estão corretas.

B. O 11 de março de 1975 ...

- ... visava a eliminação dos sectores spinolistas do exército (“matança da Páscoa”).
- ... vai levar à maior radicalização da política portuguesa, levando à criação do Conselho da Revolução.
- ... leva à interrupção do processo eleitoral para a Assembleia Constituinte.
- ... não foi para a frente porque os sectores de esquerda proibiram a manifestação da “maioria silenciosa”.



Sede do PCP (Partido Comunista Português) em chamas (Famalicão ?, agosto de 1975)

C. A foto documenta um período do pós 25 de abril que ...

- ... vai ficar conhecido como PREC (Projeto Revolucionário em Construção).
- ... tem como Presidente da República Vasco Gonçalves.
- ... quase provocou uma guerra civil entre forças de direita e de esquerda em Portugal.
- ... todas as respostas anteriores estão corretas .

D. O pretexto para o 25 de novembro de 1975 é ...

- ... o desejo de Ramalho Eanes ser Presidente da República.
- ... a movimentação dos paraquedistas após o afastamento de Otelo Saraiva de Carvalho.
- ... o assalto ao RALIS (Regimento de Artilharia de Lisboa).
- ... o apoio da embaixada soviética em Lisboa.

E. A Constituição de 1976 é um documento ...

- ... constituído pelas principais leis do país.
- ... que definiu um modelo político inspirado na ditadura do proletariado.
- ... que consagra um modelo de democracia pluralista.
- ... nenhuma das respostas anteriores está correta.

FIM

COTAÇÕES

Item	1.	2.	3.	4.	5.	6.	A	B	C	D	E
Cotação	40	30	20	20	20	20	10	10	10	10	10
TOTAL	200										



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS - BARREIRO
 Sugestões de resposta - Teste sumativo de História A
 12º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque | 17.maio.2012

São consideradas as respostas que utilizem uma terminologia cientificamente adequada e rigorosa, embora não exatamente idêntica à utilizada nas sugestões.

“A avaliação das competências de comunicação escrita em língua portuguesa contribui para valorizar a classificação atribuída ao desempenho no domínio das competências específicas da disciplina. Esta valorização é cerca de 10% da cotação do item.”

Critérios gerais de classificação. GAVE, Ministério da Educação, 2010

(1)		(2)		
		1	2	3
Sugestões de resposta				
1.	Análise do documento: gráfico e quadro mostram os valores da emigração portuguesa entre 1960 e 1988. Os dados revelam um crescimento significativo da emigração entre 1964 e 1966, quando atinge o seu máximo. Descida desde esse ano até 1971, voltando a crescer em 1972-73. A partir de 1973 a emigração desce para valores inferiores aos de 1960 e estabiliza.	8		
	Resposta: Estagnação da atividade agrícola devido a [o aluno devia indicar 3]: <ul style="list-style-type: none"> - desigualdades regionais entre norte – minifúndio e sul – latifúndio; - pouca mecanização; - excesso de mão-de-obra que leva a reduzidos pagamentos aos jornaleiros e reduzida rentabilidade (sobrepovoamento dos campos); - proliferação do sistema de arrendamento; - domínio da política pelos latifundiários absentistas do Alentejo e pelos produtores vinhateiros do Norte; - agricultura relegada para segundo plano a partir dos anos 60 – II Plano de Fomento) 	15		
	Situação agrícola leva a [o aluno devia indicar 3]: <ul style="list-style-type: none"> - migrações internas (para as cidades); - emigração para países “ricos” e industrializados (França, Alemanha, Luxemburgo...); - emigração legal e clandestina (“passar a salto”); - aumenta em 1972-73 devido a uma abertura do governo, reconhecendo a importância das remessas dos emigrantes para o equilíbrio das contas públicas portuguesas depauperadas pela guerra. 	9		
	A guerra colonial: <ul style="list-style-type: none"> - começa em 1961 (Angola); - estende-se à Guiné (1963) e a Moçambique (1964); - leva à restrição de licenças para emigração legal de mancebos (homens em idade militar); - leva à emigração clandestina. 	8		
2.	Análise do documento: a foto retrata a colocação do tabuleiro da Ponte sobre o Tejo, depois de construídos os pilares e estendidos os tirantes, de modo a possibilitar a ligação entre Lisboa e a margem sul que surge na imagem. A ponte foi inaugurada por Oliveira Salazar em agosto de 1966.	3		
	Resposta: o primeiro plano de fomento (1953-58) reconhece a vocação de Portugal para a agricultura mas dá importância ao arranque do desenvolvimento industrial e de infraestruturas. O segundo plano (1959-64) coloca a agricultura num plano inferior e aposta na indústria transformadora de base - siderurgia, refinarias, adubos, químicos, celulose... - que haveria de “arrastar” consigo a agricultura. O plano intercalar (1965-67) tenta adaptar Portugal à concorrência externa e rever o condicionalismo industrial.	12	27	29
	A decisão de construção da ponte sobre o Tejo é de 1958, começa a ser construída em novembro de 1962 e é inaugurada em 1966, derivando esta decisão do I Plano de Fomento que defendia a criação de infraestruturas no país.	15		30

3.	<p><u>Análise do documento:</u> o quadro indica-nos a percentagem de importações e exportações entre Portugal metropolitano, os países das organizações económicas EFTA/CEE e as colónias portuguesas em 3 períodos: 1959, 1969 e 1973. Podemos verificar que as exportações portuguesas para a EFTA/CEE estão a aumentar (cerca de 50% entre 1959 e 1973), acontecendo o inverso nas que se destinam às colónias (diminuem também perto de 50% no mesmo período). Quanto às importações, as que vêm da EFTA/CEE crescem cerca de 10% em 10 anos (1959-1969, permanecendo quase iguais em 1973) e diminuem quase um terço as que vêm das colónias (há uma ligeira subida de 1959 para 1969 mas desce no valor indicado de 1969 para 1973).</p>	10	18	19	20
	<p><u>Resposta:</u> mesmo durante o Estado Novo, a economia portuguesa encontrava-se num momento de abandono do ideal de autarcia e de viragem para os países que integravam instituições económicas europeias como a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), de que Portugal era país fundador desde 1960, e a CEE (Comunidade Económica Europeia) onde Portugal não podia entrar por ser uma ditadura. Inversamente, Portugal não conseguia desenvolver as capacidades económicas das suas colónias com as quais as trocas comerciais vinham a diminuir.</p>	10			
4.	<p><u>Análise do documento:</u> declaração de voto do Partido Socialista, lida pelo deputado José Luís Nunes, após a votação favorável da Constituição a 2 de abril de 1975.</p>	2	18	19	20
	<p><u>Resposta:</u> Para “abrir caminho à instauração em Portugal de uma efetiva sociedade igualitária e justa”, a Assembleia aprovou as seguintes normas:</p>	9			
	<p>1. Liberdades individuais – direito à vida, integridade pessoal (integridade física), direito de reunião, associação e expressão;</p> <p>2. Direitos dos trabalhadores – direito à greve, proibição do lock-out, direito à eleição de comissões de trabalhadores (por voto secreto), direito à livre associação sindical; direito à reforma, proteção da velhice, tempos livres, maternidade e infância; defesa da igualdade da mulher [os direitos destacados aceitam-se quer no 1. quer no 2.].</p>	9			
5.	<p><u>Resposta:</u></p> <p>1. defesa da reforma agrária, respeitando a propriedade dos não latifundiários e os direitos dos trabalhadores rurais;</p> <p>2. irreversibilidade das nacionalizações dos monopólios [banca, transportes, principais indústrias... ocorridas após março de 1975] e latifúndios;</p> <p>3. direito dos trabalhadores em participarem na gestão das empresas e terras nacionalizadas;</p> <p>4. recusa do capitalismo de estado.</p>		18	19	20
6.	<p>O aluno podia responder 2 das seguintes transformações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - abolição do Conselho da Revolução; - criação do Conselho de Estado; - criação do Tribunal Constitucional; - subordinação das forças armadas ao poder político; - alteração dos poderes do Presidente da República. 		18	19	20
A	Resposta correta: 4 = 10 pontos; resposta errada: 0 pontos.		—	—	10
B	Resposta correta: 2 = 10 pontos; resposta errada: 0 pontos.		—	—	10
C	Resposta correta: 3 = 10 pontos; resposta errada: 0 pontos.		—	—	10
D	Resposta correta: 2 = 10 pontos; resposta errada: 0 pontos.		—	—	10
E	Resposta correta: 3 = 10 pontos; resposta errada: 0 pontos.		—	—	10
Total:				200	